

ECONOMIA

BRB sofre novo rebaixamento

A Moody's Local reduz a nota do banco. Em nota, o Banco de Brasília ressaltou que essa avaliação reflete "um momento específico da instituição, relacionado ao processo de capitalização em andamento". O banco também entrou na Justiça contra o Master

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Auditoria do BRB aponta valorização em imóveis, mas pendências em terrenos "atípicos" travam aporte

» MARIA EDUARDA LAVOCAT
» LETÍCIA MOUHAMAD

A Moody's Local, agência de classificação de risco, rebaixou, ontem, a nota de crédito do Banco de Brasília (BRB). À noite, o banco informou ao mercado que adotou uma medida judicial para tentar se proteger de possíveis prejuízos financeiros ligados a operações realizadas com o Banco Master.

Segundo o relatório, a instituição passou de BBB-, para CCC+, devido a uma provável necessidade de injeção de capital e a ausência de um plano consistente de recomposição, após perdas associadas a ativos adquiridos do Banco Master.

A não divulgação das demonstrações financeiras (balanços) dentro do prazo regulamentar, encerrado em 31 de março de 2026, também contribuiu para elevar as incertezas sobre a saúde financeira e a posição patrimonial do banco. "O patamar atual de rating reflete a nossa visão de que a qualidade de crédito do BRB é muito fraca em relação a outras entidades nacionais e provavelmente está próxima de default (risco de não honrar compromissos financeiros imediatos), sem a concretização de um aporte de capital", afirmou a Moody's em comunicado.

O BRB se pronunciou sobre o rebaixamento, por meio de uma nota oficial publicada nas redes sociais. No comunicado, o banco afirma que a revisão do rating reflete "um momento específico da instituição, relacionado ao processo de capitalização em andamento e à atualização das demonstrações financeiras".

O banco declarou que se trata de um cenário transitório e destacou que o acionista controlador, o Governo do Distrito Federal (GDF), estruturou medidas de reforço de capital, com previsão de implementação até o fim de maio. Por fim, ressaltou que o BRB segue operando normalmente e com segurança.

Para o especialista em mercado financeiro e análise macroeconômica da Armada Asset, Marcos Valadão, o rebaixamento representa uma queda expressiva na escala de risco de crédito. Segundo ele, o banco deixou o último nível do grau de investimento na escala nacional e passou a um patamar que, nas palavras da própria agência, indica "qualidade de

crédito muito fraca" e proximidade de default sem um aporte de capital. "Além disso, os ratings seguem em revisão para um possível novo rebaixamento", afirmou.

Patrimônio

Valadão detalhou o cenário: em junho de 2025, o BRB possuía R\$ 74,5 bilhões em ativos e cerca de R\$ 4 bilhões em patrimônio líquido. A estimativa da Moody's é de que seriam necessários ao menos R\$ 6,6 bilhões para recompor esse patrimônio, valor superior ao próprio capital da instituição.

Ele ressaltou que os índices de capital do banco vinham próximos do mínimo regulatório desde 2022, antes mesmo do episódio envolvendo o Banco Master, o que agrava a percepção de risco.

De acordo com o especialista, o ponto mais sensível para a população do DF é o crédito. "O BRB é um dos principais financiadores do mercado imobiliário de Brasília, atendendo construtoras, incorporadoras e compradores de imóveis. O próprio relatório da Moody's indica que, para conter perdas, o banco vem cedendo sua carteira de crédito principal, especialmente nas linhas de consignado e financiamento imobiliário", afirmou.

Segundo ele, esse movimento não paralisa o mercado, pois outras instituições continuam operando com taxas competitivas e conseguem absorver parte da demanda. "Mas há impactos: reduz a concorrência, concentra o crédito e retira do jogo um banco que historicamente viabiliza lançamentos e financiamentos na capital", explicou.

O especialista acrescentou que o custo de captação do BRB tende a aumentar. "Isso acaba sendo repassado ao consumidor, encarecendo o crédito para quem ainda contrata com o banco", completou.

A assembleia de acionistas marcada para o dia 22 surge como o próximo ponto decisivo. Sem a apresentação de um plano consistente de capitalização, o risco de sanções regulatórias, e até mesmo de uma eventual intervenção do Banco Central, deixa de ser apenas hipotético e passa a ganhar contornos mais concretos.

Mudança de perfil

Em concordância, o professor de economia do Ibmec Brasília

Renan Silva afirmou que o rebaixamento representa uma mudança crítica no perfil de risco e o principal efeito é a perda do selo de segurança para investidores mais conservadores, passando o banco a ser visto como um ativo de caráter especulativo. "O banco terá de pagar juros significativamente mais altos para captar recursos no mercado, o que reduz sua margem de lucro e limita a capacidade de reinvestimento", explicou.

O economista também destacou a tendência de encarecimento do crédito e ressaltou que, como o GDF é o acionista majoritário do banco, eventuais aportes de capital podem pressionar o orçamento público, com possível redução de recursos destinados a áreas como saúde, educação e infraestrutura.

Outro ponto levantado por Renan é o papel do BRB no pagamento da folha dos servidores do DF. Embora os depósitos em conta corrente e poupança estejam protegidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), até o limite de R\$ 250 mil por CPF e por instituição, o cenário de fragilidade financeira pode gerar incertezas quanto à manutenção de benefícios e convênios exclusivos oferecidos à categoria.

Há duas semanas, o Banco de Brasília havia sido rebaixado pela S&P Global, agência de análise financeira e classificação de risco, que reduziu a nota da instituição de "brBB" para "brB-", diante de incertezas sobre sua capacidade de capitalização.

Na ocasião, o presidente do BRB, Nelson de Souza, minimizou o movimento e afirmou que o cenário refletia uma percepção conjuntural. "Considerando o momento em que estamos vivendo, é natural que haja uma avaliação mais negativa. Isso não impede o banco de operar normalmente. Estamos cumprindo todas as nossas obrigações com os clientes", disse.

Em entrevista ao **Correio** naquele momento, Nelson reforçou que a avaliação das agências representa uma leitura pontual. Segundo ele, o acompanhamento é feito de forma prudente, como esperado nesse tipo de análise. "O BRB tem liquidez, vem melhorando sua reputação e já possui um plano de capitalização pronto, entregue ao Banco Central. O que falta agora é a realização do aporte", afirmou.

Medida cautelar na Justiça

O Banco de Brasília (BRB) entrou com um pedido na Justiça para garantir que, caso sejam identificadas perdas financeiras no futuro, haja recursos disponíveis para compensar esses danos. Esse tipo de solicitação é chamado de "tutela cautelar", uma medida preventiva usada para evitar prejuízos maiores enquanto investigações ainda estão em andamento.

"A medida judicial visa, especificamente, à eventual reserva, segregação e vinculação de bens, valores,

ativos, créditos e fluxos financeiros que venham a ser identificados, recuperados, bloqueados, repatriados ou ofertados no contexto de investigações em curso, inclusive no âmbito de eventuais acordos de colaboração premiada", diz um dos trechos do comunicado.

A legislação brasileira prevê que, em casos desse tipo, valores recuperados em investigações devem priorizar a reparação de quem foi prejudicado. Essa regra está prevista em normas como a

Lei nº 12.850/2013, que trata de organizações criminosas, e também no Código Penal.

A medida tem caráter apenas preventivo. Até o momento, não há confirmação de prejuízos, nem definição de valores que possam ser recuperados. Ou seja, o pedido serve como uma forma de garantir direitos futuros, caso irregularidades sejam comprovadas. Por fim, o BRB afirmou que continuará informando seus acionistas e o público sobre qualquer novidade relevante relacionada ao caso.

Informe Publicitário

CIEE
INFORMA

Brasília

ANO IV nº 758

Jovens entre 14 e 24 anos têm a chance de iniciar vida profissional pelo Programa Jovem Aprendiz

O CIEE, que é referência em trabalho jovem no Brasil, inseriu mais de 73 mil jovens aprendizes no mundo do trabalho em 2025

O Programa Jovem Aprendiz é a primeira porta de entrada para o mundo do trabalho, regulamentado pela Lei 10.097/2000 e direcionado para jovens de 14 a 24 anos incompletos que estejam cursando ou concluído o ensino fundamental ou médio. Para pessoas com deficiência não existe limite de idade para participação no programa de aprendizagem.

Com mais de 60 anos de atuação, o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, que atua como agente integrador entre o mercado de trabalho e jovens e estudantes, inseriu 73.085 aprendizes no ambiente profissional brasileiro apenas no ano de 2025.

A aprendizagem é um conjunto das formações teórica e prática, permitindo que jovens desenvolvam habilidades técnicas e comportamentais ao mesmo tempo em que têm sua primeira experiência profissional. O Portal CIEE disponibiliza vagas em todo país no Programa Jovem Aprendiz. Para conferir-las é necessário acessar e se cadastrar pelo link <https://portal.ciee.org.br/quero-uma-vaga/>.



Jovens Aprendizes na Expo CIEE em 2025, São Paulo/SP.



portal.ciee.org.br/quero-uma-vaga

Aproximação com a União

Em um movimento de aproximação com o governo federal, a governadora Celina Leão (PP) afirmou, na última quarta-feira, que busca um acordo para enfrentar a crise financeira do Banco de Brasília (BRB). Durante agenda oficial, ela revelou ter mantido conversas com o Palácio do Planalto e fez um apelo para que a Caixa Econômica Federal e a União colaborem com a recuperação da instituição.

"Um gesto do governo central seria muito positivo para Brasília, para mostrar que se fala uma coisa e se faz o que se fala, sem revanchismo", declarou.

Apesar do aceno político, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou, ontem, que não há discussão nem intenção, por parte do Executivo nacional, de intervir no BRB. Segundo ele, o tema está restrito ao âmbito do Governo do Distrito Federal. "A governadora tem dialogado conosco dentro das possibilidades de apoio. Existem

questões que são até administrativas", disse.

Ceron ressaltou ainda que a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é de que a condução da crise cabe ao governo local. "A questão de intervenção, compra ou qualquer socorro não está sendo discutida neste momento. A orientação do presidente é aguardar e verificar que esse problema está relacionado ao próprio GDF, que tem condições de conduzir a situação", concluiu.

Terrenos bem-avaliados

Uma auditoria independente contratada pelo Banco de Brasília (BRB) trouxe um alívio parcial à instituição na tentativa de solucionar o rombo bilionário associado ao caso Master. O levantamento concluiu que sete dos nove imóveis públicos destinados ao socorro financeiro somam R\$ 4,2 bilhões — valor R\$ 400 milhões acima da estimativa inicial da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Apesar do resultado positivo, o montante ainda não é suficiente para cobrir a lacuna deixada por dois terrenos que permanecem sem precificação definida por causa de entraves jurídicos e ambientais.

Diante desse cenário, a governadora Celina Leão (PP) decidiu retirar da lista a área da Serrinha do Paranoá. Avaliado originalmente em R\$ 2,2 bilhões, o terreno era o ativo mais valioso do conjunto, mas sua condição de preservação ambiental inviabiliza tanto a exploração imobiliária quanto uma eventual venda. Outro ponto crítico é o Centro Administrativo do Distrito Federal (Centrad), estimado em R\$ 491 milhões, que enfrenta problemas estruturais e um imbróglio jurídico que impede sua utilização desde 2014.

Na tentativa de dar liquidez ao aporte, a cúpula do BRB iniciou tratativas com empresários dos setores de construção civil e do

mercado imobiliário. A estratégia é estruturar um fundo de investimento que viabilize a exploração dos ativos, utilizando o diagnóstico do mercado como base para convencer os acionistas sobre a viabilidade da operação.

O banco, que voltou a adiar a divulgação de seu balanço anual, convocou uma assembleia de acionistas para o próximo dia 22. Na ocasião, buscará formalizar o aporte de capital necessário para estabilizar suas contas, sob a supervisão do Banco Central.

O mercado aguarda, agora, a definição sobre quais ativos substituirão a Serrinha do Paranoá, de modo a garantir o montante total previsto para o aporte.

Portal do CIEE
[ciee.online](https://portal.ciee.org.br)

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE
IMPARÁVEL